



SÓ NÃO HÁ AUMENTOS PORQUE O GOVERNO NÃO QUER

O Governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

Insiste em:

- Não aumentar os salários;
- Não reconhecer o direito à atualização salarial anual;
- Não atualizar grande parte das pensões de aposentação;
- Não rever a Tabela Remuneratória Única no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e uma progressão justa na carreira;
- Manter o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros;
- Não regularizar a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias, integrados em corpos especiais.

Baseando-se na demagogia barata e inconsequente, o governo não aceita a proposta da Frente Comum de 650 euros como salário mínimo da AP, ao invés, optou por colocar os assistentes operacionais acabados de entrar e os que têm 20 e mais anos de serviço na 4ª posição remuneratória, ou seja, nos 635€, quando, este valor devia corresponder à 1ª posição e assim, manter a proporcionalidade da Tabela Remuneratória Única e abranger todos os trabalhadores.

O Governo do PS apresentou o Programa de Estabilidade 2019-2023, que segue a linha dos anteriores e que insiste na redução do défice à custa do investimento público, colocando mais uma vez em causa os Serviços Públicos, designadamente, a Saúde, a Educação e a Segurança Social.

Centeno afirma que acredita que “existem graus de liberdade suficiente para que a evolução de salários na administração pública portuguesa nos próximos quatro anos retome a sua total normalidade”, empurrando para um futuro mandato – que nem sabe se será do seu Governo PS, mantém a não atualização salarial anual dos trabalhadores da Administração Pública que dura há 10 anos.

Não aceitamos cheques em branco nem argumentos de que não há dinheiro para aumentar os salários, sabendo que há mais de mil milhões de euros para financiar a Banca e mais uns quantos para contratar empresas de outsourcing e aquisições de serviços, quando continua a haver mais de 600 mil trabalhadores que há uma década não têm aumentos.

Mas os trabalhadores da Administração Pública não desistem e continuarão, também, a sua luta! É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País. Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos.

A mobilização e participação de todos os trabalhadores é decisiva para conseguirmos as nossas reivindicações.

**Todos à Manifestação Nacional de Trabalhadores da Administração Pública,
a 10 de maio.**

**O tempo é agora: pela dignidade dos trabalhadores, pela valorização das carreiras
e do serviço público.**

FCSAP, 16 de abril de 2019